

NARRATIVAS DA MEMÓRIA: Juventude Negra e Direitos Humanos em Belo Horizonte/MG

Silvia Regina Lorenzo de Castro¹

Até que os leões tenham seus próprios contadores de historia, as historias de caçadas irão sempre beneficiar os caçadores. (provérbio africano).

¹ Doutoranda em Literatura Luso-Brasileira, professora de Língua Portuguesa na Universidade do Texas/EUA. Mestre em Semiótica e Linguística Geral (USP). Membro- fundadora da Comissão de Direitos Humanos do Aglomerado Santa Lucia – BH/MG. E-mail: silvalorenso@gmail.com.

² Barragem Santa Lucia é uma das comunidades que formam o Aglomerado Santa Lucia, um conjunto de favelas localizado na Zona Sul da capital mineira. O Aglomerado tem uma população de aproximadamente 30 mil moradores. Além da Barragem, há a Vila Santa Rita de Cássia, a Vila Estrela e a Vila Esperança. Popularmente ele é conhecido como Morro do Papagaio.

³ Os nomes das equipes por si só merecem uma pesquisa; são eles: Ekimalandros, Ekimalucos, Ekipirados, Foragidos.

⁴ Pelé ganhou vários prêmios pela originalidade do seu trabalho estampado nos muros da Comunidade.

A juventude sempre encontrou formas diferentes e múltiplas de se expressar. Nos idos de 1990, diversos jovens do Aglomerado Santa Lucia – ASL – em Belo Horizonte/MG, reuniam-se em grupos de jovens ligados à Igreja Católica, e nos espaços de lazer conhecidos como o “som” (o “som do Zé Maria”, o “o som do Zé Pedro”, o “som do Ticaia”). Tratarei aqui de relatar a experiência e os desdobramentos da atuação de uma das organizações da juventude local. Refiro-me ao grupo de jovens JUBA – Juventude Unida da Barragem² – o grande e histórico mobilizador da juventude em todo o Aglomerado.

O JUBA é o responsável pela promoção das famosas *gincanas culturais*. Promovidas anualmente, e a cada versão com um tema diferente, as gincanas mobilizavam entre cinco a sete mil jovens, divididos em equipes³, torcedores e observadores. As equipes esbanjavam criatividade e contribuíram para tornar visíveis talentos como o artista plástico Fabiano Valentin (Pelé)⁴.

O sucesso era de tal ordem que a Gincana JUBA figurou como a alternativa de lazer mais saudável para a juventude do ASL e adjacência nos anos 90. O percurso do amadurecimento dos jovens envolvidos na gincana e o ambiente de violência e violação de direitos a que a população da favela está submetida foram fatores que estimularam a inclusão do tema “direitos humanos e cidadania” a figurar entre as tarefas divulgadas ao longo da primavera de 1995.

As equipes eram incentivadas a produzir esquetes, letras de música, painéis a serem espalhados pelos muros das casas em toda a comunidade, com mensagens verbais, visuais ou sincréticas, nas quais se divulgava o conteúdo da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Meses após a Gincana, os painéis decoravam os labirintos do Morro⁵ e suscitavam calorosos debates ente moradores. Atualmente, embora com atuação mais modesta, o JUBA reúne novos integrantes e tenta sobreviver às dificuldades e desafios de se promover outras edições da gincana.

UMA CULTURA DE DIREITOS HUMANOS

A notícia da existência de uma Coordenadoria de Direitos Humanos da Prefeitura de Belo Horizonte – PBH, na então gestão do prefeito Patrus Ananias, levou a coordenação da gincana a procurar a então coordenadora D. Helena Greco⁶ a fim de buscar orientação para desenvolver o tema junto às equipes e à comunidade. Desse contato, resultou um programa de formação no qual seriam desenvolvidos, sob a ótica dos direitos humanos, os temas sugeridos pela própria juventude. Por unanimidade, no primeiro momento, venceu o tema da violência policial, pois havia um significativo número de relatos de casos de espancamento, tortura e/ou extorsão.

O programa, em forma de oficinas, durou seis meses. Os encontros eram abertos à comunidade e aconteciam aos sábados, no centro comunitário local. A equipe sentiu a necessidade de continuar com as discussões mesmo após o fim daquela etapa com a presença dos mediadores da Coordenadoria. Apareceram denúncias de violência contra a mulher, contra a criança e o adolescente, preconceito e discriminação raciais, entre outras violações. O passo seguinte foi a criação da *Comissão de Direitos Humanos do Aglomerado Santa Lúcia*. Importante ressaltar que a postura ética da equipe da Coordenadoria (2003-2006) foi elemento essencial para a atuação do grupo de maneira mais orgânica. A queda de assessores incentivou um pensamento autônomo e crítico nos participantes, e fomentou o espírito de auto-gestão para garantir os passos seguintes de acordo com as demandas locais.

Não raro, coordenadores e/ou assessores de projetos sociais - de órgãos públicos, ONGs ou do setor privado - dirigem-se às comunidades de favelas como se elas fossem o local da falta, da carência, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários. Assim, o trabalho dura apenas enquanto tal ou qual assessor está por perto. Nesse sentido, reitera-se a favela apenas como o laboratório experimental, como objeto de dissertações e teses; como estímulo a financiamentos nacionais e internacionais para ações de caráter assistencial que pouco ou nada contribuem para avanços na co-

⁵ A palavra Morro aqui é utilizada como sinônimo de todo o Aglomerado, em alusão a Morro do Papagaio.
⁶ Dona Helena Greco é um dos símbolos nacionais da luta por Direitos Humanos.

munidade. A experimentação assistencialista projeta seus mentores como aqueles/as que trabalham *para* os pobres, e não *com* eles. E eles são ainda parabenizados pela ‘*coragem em subir o morro*’, mesmo que muitas vezes algum morador tenha que buscá-lo(s)/a(s) onde termina o asfalto.

Desde seus primórdios, 1996, a Comissão de Direitos Humanos foi responsável por numerosos empreendimentos, cujos efeitos serão sentidos ainda pelas próximas gerações. Uma dessas ações foi a promoção de uma cultura de direitos humanos e cidadania no cotidiano do Aglomerado Santa Lúcia. Cultura essa que nega o propalado discurso segundo o qual “direitos humanos é para defender bandido”. A perspectiva construída pela Comissão defende que o conceito de direitos humanos está associado a três outras palavras, como disse Martin Luther King: **todos, aqui e agora**⁷. Sua voz ecoa um grito como que a dizer: “nós não queremos alguns direitos. Nós queremos todos os direitos. Nós não temos que nos mudar para um bairro para ter acesso aos nossos direitos. Nós queremos nossos direitos aqui, em nossa casa, em cada beco, em cada rua, na entrada e na saída da favela, na cidade toda. E, finalmente, nós não queremos esperar mais 20 anos. Nós queremos todos os direitos e nós os queremos aqui, já, neste momento. É disso que estamos falando”.

NOVOS DISCURSOS, NOVAS PRÁTICAS

Até a década de 1980, a principal linha de atuação das lideranças comunitárias estava direcionada às demandas materiais, às coerções históricas, tais como a implantação de postes de iluminação, pavimentação de ruas e becos, construção de creches, escolas, centros de saúde, postos policiais, instalação de hidrômetros. Portanto, coube à geração seguinte outro plano de atuação, por vezes aclamado, por outras vezes, intensamente criticado, devido à “ausência de construções de tijolo, cimento e areia”. Trabalhar com a formação de sujeitos capazes de ler o mundo criticamente, capazes de entender sua identidade e de vislumbrar perspectivas futuras requer tempo, essa importante entidade que o candomblé tanto sabe valorizar.

Para a polícia era muito estranho encontrar, pelas ruas do morro, jovens negras e negros citando artigos da constituição, solicitando ao policial que não escondesse sua etiqueta de identificação, anotando placas de viaturas e indagando sobre a truculência com que as “batidas” eram realizadas. Não é de se estranhar que ao ser questionados quanto à atuação distorcida, no quesito segurança pública, muitos policiais teimavam em anunciar prisões por desacato à autoridade, deslegitimando o direito de ir e vir dos moradores.

Entretanto, a atuação questionável da polícia no Aglomerado contribuiu para o seu próprio descrédito na comunidade, e fez com que os moradores

7 MLK: *Martin Luther King Jr. Tapes* (CD) com seus principais discursos (1994).

se tornassem valiosos parceiros da Comissão ao longo dos anos. Houve avanços? Sim, com certeza. Ainda há questionamentos? Sim, também certamente. Por isso, o trabalho segue. E segue, sobretudo, porque a perspectiva universalista segundo a qual *direitos humanos são para todos*, não é suficiente. Um jovem que mora em uma favela terá tratamento diferenciado ao preencher uma ficha para emprego, se comparado a um que mora em bairro. Assim como um jovem negro e um branco, embora morando na mesma favela, terão tratamento diferenciado, se o empregador preferir lançar mão o eufemístico “aparência melhor” na hora de contratá-los. Da mesma forma, mulheres ainda recebem tratamentos desqualificantes que variam da invisibilidade ao estigma. E as desigualdades seguem a todos/a que pertencem a grupos historicamente em desvantagem. Por isso, tratar de direitos humanos é pressupor que as pessoas têm demandas diferenciadas e não podem simplesmente ser tratadas sob o código da falta. Falar em direitos humanos é falar em identidade e alteridade, é afirmar a diversidade e torná-la algo positivo. Nesse contexto, a afirmação da identidade racial foi um dos pilares da perspectiva que os jovens do Aglomerado Santa Lucia construíram ao longo dos anos de atuação da Comissão, contrariando muitos/as ativistas em direitos humanos que se negam a colocar tal assunto na pauta de suas ações.

IDENTIDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

No interior de uma favela, questões de identidade racial, promoção da igualdade e luta contra o racismo não comportam uma abordagem fácil. A falsa idéia de que em ambientes pobres todas as pessoas sofrem apenas discriminação social é um entrave à discussão. Embora o senso comum afirme que brancos e negros passam - igualmente - por preconceitos sociais porque moram em favela, o cotidiano de um jovem negro/a e de um jovem branco pode ser totalmente diferente, embora ambos morem no mesmo beco. Em uma briga doméstica, por exemplo, um vizinho não se furtará em atribuir uma série de apelidos racistas ao seu oponente porque ele/a sabe que aquela é uma forma de ferir o outro, se ele for negro/a. Pesquisas na educação infantil apontam que crianças negras sofrem com experiências racistas independentemente de sua condição econômica⁸. Na fase adulta, profissionais negros e brancos embora com a mesma qualificação são ‘convidados’ a ocupar cargos desigualmente remunerados, sob os mais variados argumentos.

Para os integrantes da Comissão, muitas questões passaram a ser entendidas a partir do momento em que foram apresentados/as ao tema das relações raciais, com questões ligadas às cultura e história africanas e afro-brasilei-

8 Ver. CAVALLEIRO, Eliane. *Do racismo do lar ao racismo escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.

ras. Informações sobre como se deu a contribuição dos diversos povos para a formação do Brasil – somadas à compreensão da situação contemporânea da população negra em nosso país – levaram os jovens a estabelecer outras dinâmicas de relacionamento com o próprio corpo, e pensar o mundo a partir de outras perspectivas políticas, culturais e históricas. Cruzaram-se as categorias semânticas classe, raça e gênero e descobriu-se que o racismo é um traço estrutural das relações raciais e que mesmo em um ambiente de favela no qual, teoricamente, as pessoas se encontram no mesmo patamar de exclusão, a relação entre pobreza e pertencimento racial se repete de maneira assustadora. Ou seja, brancos pobres podem alcançar níveis de mobilidade social com menos dificuldade que negros, o que indica um fracasso coletivo quando se trata de prover serviços de qualidade à população negra em todos os sentidos.

Não bastasse isso, a população negra ainda convive com fatores não-econômicos somados ao baixo autoconceito que lhes tiram energia para reagir às formas cotidianas de racismo, fator conhecido como ‘racismo institucional’. Por outro lado, jovens brancos aprendem desde cedo que ser branco traz muitos privilégios e que é possível manipulá-los para fugir da pobreza. Cotidianamente, ambos – jovens negros e brancos – recebem as mesmas mensagens pelos meios áudio-visuais. Enquanto jovens negros se vêem representados nas piores imagens, os jovens brancos são bombardeados por imagens nos quais a branquidão é sempre associada a beleza, inteligência, suavidade e limpeza. Não é difícil concluir, nesse sentido, que o racismo afeta psicologicamente todo o grupo, e não apenas o jovem negro, como se costuma pensar. Se o jovem negro se vê limitado a certos lugares sociais, o jovem branco, mesmo quando pobre, goza de uma certa mobilidade, fruto de seu pertencimento ao grupo branco, ideologicamente dominante na sociedade brasileira, conforme atesta Bento (2000:27) “mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da branquidão, o que não é pouca coisa.”

O PROJETO MORROARTE

Importante momento de construção de novas perspectivas foi o projeto MorroArte – o Morro mostra suas armas⁹. O MorroArte foi outra versão de mobilização da juventude com discussões mais profundas sobre africanidade (na moda, na filosofia, na performance, na linguagem, na música, na política, etc.).

Adotando uma metodologia inovadora, a juventude organizava os *Cafés Culturais*, espaços de formação e informação, orientados por atividades culturais, nas quais eram convidados/as especialistas em determinado as-

9 Projeto Coordenado por Hamilton Borges, educador social responsável pelo aprofundamento das discussões sobre as questões raciais. O projeto foi financiado pela Fundação Cultural Palmares, 1998.

sunto para um caloroso debate com os jovens da comunidade. A respeito dessa metodologia de intervenção social, cabe aqui um parêntese. Recorramos às palavras de Cidinha da Silva, ex-consultora do programa: “No começo de tudo (ou do “tudo” que se sabe) foram os *Black Panthers* as primeiras pessoas a realizar um “café cultural”. Depois veio a juventude do projeto MorroArte, na Barragem Santa Lúcia(...). Mais recentemente, o Programa Geração XXI criou o seu “café” em São Paulo. Cada um a seu tempo histórico e à sua moda fazendo o seu próprio “café cultural”.¹⁰

Dos Cafés, outros desdobramentos foram acontecendo: festas em estilo reggae, caminhadas ecológicas, encenações teatrais, intercâmbios com grupos culturais e políticos de MG e de outros estados, oficinas de escultura em madeira e pedra sabão, corte e costura em estética afro, desfiles e exposições de todo o material produzido. Foram realizadas, ainda, excursões para a cidade de Ouro Preto, e numerosas outras atividades com enfoque na história e cultura afro-brasileira. O MorroArte reuniu, em meados de 1997, jovens de 14 a 23 anos que tinham em comum a marca da exclusão sócio-racial, a energia típica da juventude, o propósito de ‘contrariar as estatísticas’, e a crença na transformação da realidade social a partir da intervenção cultural.

Os momentos de discussão foram muito férteis e funcionaram como base para que a juventude local compreendesse os conceitos de cultura e intervenção cultural não mais atrelados apenas à ideia de evento e espetáculo, mas como possibilidade de transformação social. Durante a realização do MorroArte, houve a tentativa de se fazer o registro áudio-visual das atividades. A princípio, intencionava-se produzir um vídeo com vistas a socializar a experiência. Não foi possível concluir a edição do material. Mas os integrantes produziram um jornal, com matérias escritas pelos próprios jovens, editado pela jornalista do grupo (Márcia Maria). O jornal soma-se, hoje, à coleção histórica do Aglomerado, e integra o acervo do programa de resgate da memória do ASL, juntamente com o Projeto Memória¹¹.

O ENCONTRO DA JUVENTUDE NEGRA E FAVELADA

Outro importante desdobramento da Comissão de Direitos Humanos foi a realização dos Encontros da Juventude Negra e Favelada de BH, cuja primeira edição aconteceu em 1997, na Barragem Santa Lúcia. O Encontro

10 SILVA, Cidinha da. *Ações Afirmativas em Educação – experiências brasileiras*. (org.) São Paulo: Summus, 2003 – pág. 73. Ela se refere ao programa de Ação Afirmativa Geração 21, do Geledes - Instituto de Mulheres Negras, no qual 21 jovens negros recebem apoio para realização de seus estudos do Ensino Médio até a conclusão da faculdade. Projeto financiado pelo Banco Boston.

11 Projeto Memória segue em processo de desenvolvimento pelos jovens universitários nessas comunidades. Há duas linhas de execução: a primeira é a sistematização das informações que existem a respeito dessas comunidades. A segunda, é a iniciativa de auto-produção discursiva. Nesse sentido, estão inseridas a Revista da Laje e o kit áudio-visual com filmes e fotos coletadas pelo programa Cortejo da Memória, além do livro Morro do Papagaio – ver CRUZ, Márcia Maria da. *Morro do Papagaio*. Belo Horizonte: Conceito Editorial, 2009.

contou com a presença de jovens de diversas comunidades de favelas da capital mineira, da região metropolitana de BH, de caravanas de São Paulo e Rio de Janeiro¹². Os próprios integrantes acolheram os convidados em suas casas, e o centro comunitário local foi disponibilizado para o evento.

A coordenação privilegiou a metodologia utilizada no projeto MorroArte, alternando espaços de discussão com momentos de lazer, e por vezes, transformando momentos de lazer em espaço de formação. As rodas de debates objetivavam o aprofundamento no tema à medida que cada vez mais os sentidos iam se encaixando, apontando as especificidades de ser um/a jovem negro/a e morador/a de uma favela. No primeiro momento, foi proposta uma campanha de ressemantização das categorias *juventude / negro / favelado* visando a banir a atribuição negativa, muitas vezes reforçada pela própria comunidade da favela, que reproduz os mesmos estereótipos dos quais é alvo. Grosso modo, uma significativa parcela da população omitia o endereço de moradia, como medida preventiva a classificações preconceituosas, já que ninguém quer ser associado às imagens negativas recorrentemente veiculadas nos meios de comunicação, omitindo qualquer aspecto positivo que causasse orgulho aos moradores. A divulgação de imagens positivas e a construção de uma auto-representação pelos próprios moradores é uma conquista recente, do ponto de vista histórico. À época, artistas plásticos usaram as técnicas do graffiti e fizeram murais com inscrições bonitas e bastante motivadoras. Além das artes plásticas, escrita, oralidade e performance são instrumentos que mediam a interação da juventude com o mundo¹³.

Três Encontros foram realizados entre os aglomerados Santa Lúcia e Alto Vera Cruz, 70% das jovens que permaneceram continuamente ao longo do trabalho estão hoje à frente de reconhecidas organizações comunitários¹⁴. Das organizações locais, podemos citar a Casa do Beco, a Associação dos Universitários do Morro – AUM, o Projeto Primeira Dança e Vozibilidades dos Tambores, grupos de capoeira, entre outros. Outras organizações parceiras na cidade são o Movimento da Juventude Negra e Favelada – MJNF, o grupo de mulheres Negras Ativas, o NUC, do Alto Vera Cruz.

Na sequência dos trabalhos, reforçou-se a importância da educação como via de enfrentamento ao racismo. Aliás, o dado racial é um elemento essencial na composição de qualquer programa ou projeto que vise à promoção da diversidade. Os/as integrantes estão também em universidades cursando graduação ou pós-graduação, produzindo artigos, monografias, dissertações, enfim, desenhando uma ponte entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular.

12 De São Paulo houve intercâmbio com grupos da Zona Leste *DMN e Ação Ativa*. Houve uma caravana de membros desses dois grupos nas atividades. De Minas Gerais, o destaque da parceria é para o NUC, Negros da Unidade Consciente, do Alto Vera Cruz.

13 Ver CASTRO, Sílvia Regina Lorenso. *Poesia, performance e espaço público*: a “venda” de Viiima e Algozes e os saraus em bares da periferia de São Paulo – espaços subalternos de insurgências.” Austin: Revista Pterodactilo. No. 06, 2009.

14 Fonte: www.morrodopapagaio.org.br.

Como fruto da atuação desses jovens na comunidade, nasceu o projeto *Além do horizonte planejado: a memória viva do Aglomerado Santa Lúcia*. Ele se constitui a partir da intervenção daqueles que foram para a universidade¹⁵. Em parceria com o projeto *Conexões dos Saberes* foi produzido o primeiro número da Revista e Kit da Laje e do Cortejo da Memória, com informações organizadas sobre a memória da comunidade. Em Minas Gerais, o programa *Cone-xões* é coordenado pela UFMG. Outros desdobramentos são a iniciativa da igreja católica local (Paróquia Nossa Senhora do Morro) que, anualmente, apoia a realização do programa *Quilombo do Pagaio: Três semanas de Paz e Cidadania*, e o apoio da Prefeitura de Belo Horizonte na realização do *Reveillon Comunitário: Gente é pra brilhar*, na Barragem Santa Lúcia.

Quebrando mais uma vez a semiótica ilusão de afastamento do enunciado, como se isso garantisse, também, um afastamento da enunciação, gostaria de finalizar dizendo o quanto me beneficie em sendo, eu mesma, uma das jovens desse percurso. Hoje, no meio do meu doutoramento em Literatura Luso-Brasileira na Universidade do Texas, escuto vozes que insistem em diminuir o papel da cultura como instrumento de poder, como se ela fosse elemento acessório, de perfumaria. Atividades culturais e uma metodologia criativa construída não *para*, mas *com* os jovens e por eles mesmos, foi o que fez com que a juventude ligada à Comissão de Direitos Humanos conseguisse a régua e o compasso para traçar seus próprios caminhos, num dos quais eu me encontro agora, considerando todos os percalços do que Milton Santos chamou de “construção de uma individualidade forte”.¹⁶ A Comissão de Direitos Humanos não se preocupou em construir uma sede física. Sua atuação vai além de demarcações de tempo, espaço e pessoa.

15 Em 1995, ano de referência da primeira Gincana JUBA, havia apenas dez jovens universitários na comunidade. Em 2010, esse número subiu para mais de duzentos, segundo a organização criada pelos próprios universitários: Associação de Universitários do Morro – AUM.

16 SANTOS, Milton. *Cidadanias mutiladas*. In: Preconceito. São Paulo, 2003.